Sintonia deve nortear política econômica

(Continuação da pagina anterior)

Então, é uma coisa normal e o Brasil fará, e fará com empenho, porque tem muito interesse em que o México se restabeleça o mais pronto possível.

Jornalista: (Cristina Serra, do Jornal do Brasil)

Bom dia, Presidente. É o seguinte: a reforma tributária ainda não há consenso, ao que parece, em torno de vários pontos, ela só vai ser enviada depois do carnaval, parece que há algumas divergências entre os próprios membros da equipe econômica, e os Governadores também já se manifestaram e parece que se opõem, fazem várias resistências a essa reforma tributária. Como é que o senhor pretende obter um consenso em torno da reforma, e qual é a sua orientação, a orientação que o senhor dá para a reforma tributária, quer dizer, para distribuição, para a redistribuição do bolo tributário, entre União, Estados e Municípios?

E ainda em relação à questão dos impostos, se a reforma tributária implica na criação de novos impostos, e se esses impostos novos criariam, aumentariam a carga de impostos para o contribuinte?

Presidente: Em primeiro lugar, os governadores não podem ter dúvidas e nem ter objeções, porque eles não conhecem. Isso não é verdade. Quer dizer, eu ontem jantei com seis governadores. Não houve dúvida nenhuma. Nós estamos agora começando a apresentar, então, por enquanto é onda, que não foi feita pelos governadores. Eu tenho conversado com muitos governadores e a todos tenho dito que eles são informados. Eles não foram, como é que podem ser contra? Não podem ser contra. Não é verdade.

Em segundo lugar, a decisão de entregar em seguida, baseada nessas reformas, foi dupla, foi por duas razões básicas. Uma é que eu acho melhor que o país tome consciência mesmo de cada pedaço. Não quero atropelar o Congresso, a opinião pública, e o Congresso vai ser decisivo nisso, os líderes muito importantes, os partidos. Eles precisam saber cada pedaço.

Em segundo lugar - justamente para responder a sua questão -, porque eu acho que os governadores e os prefeitos precisam ser informados. O governo vai apresentar uma proposta e, em emenda constitucional, a última palavra é sempre do Congresso. Eu não tenho direito de veto mais. Emenda constitucional não tem veto, é decisão do Legislativo. Então, é lógico que isso continuaremos discutindo no Legislativo, e acertando as coisas.

Em terceiro lugar, não passa pela cabeça de ninguém aumentar a carga tributária. O que passa é aumentar a base, quer dizer, mais gente pagando, sobretudo a sonegação, mas não se está cogitando de aumentar a carga. Em terceiro lugar, nós estamos desenhando os modelos, de forma a que não haja perdas na repartição do bolo entre estados, municípios e a União.

Tudo isso é muito difícil, não é? Simplificar, aumentar a base, não ter perda havendo algumas mudanças. O governador vai querer saber "mas eu não perco mesmo?" Outro dia eu disse: "Pois eu também quero saber em nome da União: e eu, eu não perco?" É lógico que o governador tem que querer saber, e o prefeito também. Então, eu tenho que ser claro.

Não há nenhuma divergência de fundo dentro da equipe de governo nessa matéria. O que há é apenas, como isso é uma matéria técnica, são diferenças operacionais entre pessoas das equipes. E eu preciso formar, eu próprio, um juízo sobre essas diferenças operacionais e eu só vou formar quando elas me derem números, como acabei de dizer sobre salários. Eu gosto de ver número. Às vezes, a idéia é muito bonita, mas qual é o resultado dela? Faz aí uma simulação no computador e vamos ver.

Então, isso vai ser feito assim, com boa-fé. Eu tenho encontrado da parte dos governadores, com quem tenho conversado, muito apoio. Quando eu digo realmente o que nós vamos fazer, quando não sabem, claro, começa o "especula-daqui-especula-dali", mas quando vêem o que vamos fazer, muito apoio. E eles têm me pedido mais. Eles têm me pedido que eu não esqueça da parte fiscal, ou seja, eles também querem cortar gastos, alguns governadores estão fazendo como no caso de São Paulo e do Rio Grande do Sul, um enorme esforço, até difícil, penoso, de dispensa de pessoal. Eles precisam de certas regras que têm mais flexibilidade à administração dos estados e de municípios, e isso nós vamos fazer junto com a reforma tributária.

Jornalista: (Devaldo Goulart, da TV Gaúcha - RBS-TV)

Presidente, o Senhor escolheu a região sul do Estado do Rio Grande do Sul como prioridade de governo. O que o governo vai fazer, quais ações que pretende implementar e em que áreas, para mudar o quadro de estagnação da economia daquela região, principalmente agora com o MERCOSUL?

Presidente: Em primeiro lugar, nós já ontem mandamos ao Congresso uma medida importante para o Rio Grande do Sul, que resolve a questão da empresa de energia na C3B, porque havia um contencioso, e como esse contencioso eles não podiam resolver a continuidade da usina de Candiota, que vai aumentar a geração de energia.

Em segundo lugar, não foi por acaso que eu escolhi como Ministro dos Transportes alguém do Rio Grande do Sul. Por que? Porque o gargalo de infra-estrutura grande que o Rio Grande do Sul tem hoje é em estradas, de ferro e de rodagem. Nós estamos discutindo com o Rio Grande do Sul inclusive a passagem de estradas que são federais para estaduais. O Ministro Odacir Klein está empenhando nisso.

Há uma estrada importante, não só para o Rio Grande do Sul mas que se liga também ao Paraná, a São Paulo, a Santa Catarina, que é a BR-101 e 116. Esta aí, nós temos os recursos do BID e nós mantivemos vemos no orçamento a contrapartida, e essa estrada nós a faremos.

Por outro lado, existem problemas na área de transporte ferroviário no Rio Grande do Sul. De novo, é com o ministro Odacir Klein. Eu tenho conversado com o ministro Britto e com o ministro Odacir Klein, como eu disse, a respeito da Amazônia e sobre o Rio também, onde já definimos quais são os projetos. Eu quero uma definição clara de quais são esses projetos-chave. E vamos nos concentrar neles. Me parece que os projetos-chave são esses que eu estou mencionando, na área de infra-estrutura viária, incluindo a ponte de São Borja, que é uma ponte importante para ligar com o Mercosul. E isso também já está constituída a comissão que vai cuidar disso, e nós vamos levar adiante essa matéria.

Eu acho que a nossa responsabilidade para com o Rio Grande é, basicamente, na área de energia e na área de estradas, e isso está sendo feito.

Jornalista: (Maria Lima, do jornal O Globo).

Bom dia, presidente. Presidente, o governo tem tomado decisões polêmicas na área do setor automobilístico. O consumidor não entende, por exemplo, o aumento do IPI para carro popular e aumento de importação. Não seria contraditório mudança de regras do governo passado, do qual o senhor foi ministro?

Presidente: Não, não são contraditórias. Política econômica exige sempre uma sintonia. O que aconteceu? O que aconteceu é o seguinte: primeiro, as empresas do setor automobilístico estão se comprometendo a fazer investimentos muito fortes no Brasil, inclusive é possível que em certas áreas, dessas mais problemáticas do Brasil, para dispersar um pouco a concentração dos investimentos.

Pelos cálculos da ministra Dorothéa, até o ano 2000, o compromisso variará entre 9 bilhões a 12 bilhões de reais - ou de dólares, não tenho certeza. Bem, é um investimento muito forte. Esse investimento forte requer certas medidas também. Naturalmente, essas empresas como são multinacionais, para elas, do ponto de vista das matrizes, tanto faz fabricar aqui como importar. Se nós deixarmos solta a importação, elas não vão investir aqui, elas vão trazer de lá de fora.

A opção é essa. E nós tomarmos uma opção clara. Como eu sempre disse, o Brasil vai continuar crescendo. É uma opção de política econômica, não é de reorientação. A economia continua aberta e continuará aberta, mas nós vamos fazer o que qualquer país faz nessa matéria: é orientar a política econômica para que haja o investimento. Haverá investimento. Daí o aumento da alíquota das importações, tem este objetivo. E, adicionalmente, isso também permite diminuir ou aumentar a nossa condição do superávit da balança comercial, que vai ser mantido.

Aliás, devo dizer que nesse ano de 95 nós retomamos o superávit da balança comercial, o que é muito importante. Está-se vendo através da crise do México como isso é importante. Então, essa medida ajuda nessa direção.

"Temos que evitar que haja estoques especulativos"

Com relação ao carro popular, há um ágio enorme. Ao se fazer isso, o que se está fazendo simplesmente é diminuir o ágio. Não existe nada contra o consumidor, nem é mudança. Eu acho que o governo Itamar Franco agiu muito bem porque permitiu esse grande "boomm" na indústria automobilística, agiu muito bem. Agora, temos que nos ajustar ao êxito. Houve êxito, vamos nos ajustar para dar outros passos. É só isso.

Jornalista: (Brasília Super Rádio FM).

Bom dia, senhor presidente.

O sr. quase ainda há pouco respondia à pergunta que eu vou fazer.

Tendo em vista que o transporte ferroviário é cinco vezes mais barato que o rodoviário, e o fluvial é quase onze vezes mais barato que o rodoviário, e já que o sr. tomou medidas para desenvolver este país, e isto é um continente, eu gostaria de saber qual é a sua idéia sobre esse sistema viário do País.

Presidente: Eu acho que o ponto é central. Nós demos muita ênfase ao transporte rodoviário e estamos corrigindo essa ênfase. Já hoje existe todo um mecanismo de transporte hidroviário, que tem que ser ampliado, ele é barato, as obras necessárias para viabilizá-lo ainda mais, algumas são custosas, mas tem muitas que não são. Nós estamos preparando os investimentos nessa área - eles têm que ser feitos em parceria com o capital privado - e nós estamos tomando as medidas necessárias para isso.

Hoje já existe uma grande navegabilidade na bacia Paraná-Tietê. Na questão do rio Paraguai já existe hoje a possibilidade de trazer mercadorias lá de cima, de Cáceres, na Bolívia, e chegar até o porto de Nueva Palmilha (*), cá embaixo, no Rio da Prata - é verdade que passando pelo Paraguai e não por aqui pelo Brasil, porque se dependeria de fazer novas eclusas, que são mais caras. Há possibilidade imensas na região amazônica, na região do Tocantins. Isso tudo está sendo preparado, os projetos estão sendo preparados porque eu acho que é um transporte barato e eficiente.

O ferroviário também. Tome, por exemplo, a famosa ferrovia que vem do Oeste para cá, que vai beneficiar tanto a saída via Belo Horizonte e Vitória como a saída por Santos. Nós precisamos fazer uma ponte ligando São Paulo para atravessar o Rio Grande. Nós vamos fazer.

A gente tem discutido com o ministro José Serra nesse sentido. Quer dizer, nós estamos no começo do governo tentando reorientar e alocar o recurso, mas vai nesta direção. A questão da rede ferroviária é uma questão muito complicada, muito séria. Eu conversei com o ministro Odacyr Klein sobre ela. Há dívidas pesadas, há problemas de demanda trabalhista. É muito fácil falar em privatização, e seria bom até fazê-lo, como também de concessões. Mas para isso a gente tem que sanear a empresa. E isso está sendo acelerado. O ministro Goldmann já havia começado; agora o ministro Odacyr Klein está levando adiante esse processo.

Como eu disse no Rio Grande do Sul, isso é muito importante. Lá no Norte, também no porto de Suape, para poder ligar lá para cima, para o rio São Francisco, nós vamos precisar de investimentos. São pacotes de investimentos que requerem muitos estudos, e requer também a ação da iniciativa privada. Mas a orientação do governo é decididamente na direção de apoiar esse tipo de transporte.

Jornalistas: (O Estado de Minas). Goular Gonzaga Júnior.

Presidente, eu gostaria de perguntar sobre a questão do fórum dos governadores.

O senhor sabe que no dia seguinte à eleição o governador do nosso estado, o Eduardo Azeredo, apresentou essa proposta, defendeu a idéia da criação do fórum dos governadores, que ele trazia até lá da experiência dele de êxito na frente nacional de prefeitos.

Muitos governadores aderiram à proposta. Mas outros combateram, acharam que isso poderia significar confronto, estabelecer um poder paralelo. Então ele quer que seja ao contrário, justamente para conciliação, para apresentação de alternativas.

Eu queria saber o seu sentimento sobre o fórum e se isso realmente traz benefício, pode ajudar o governo da República ou pode se estabelecer um poder paralelo.

Presidente: Eu tenho certeza de que o governador Eduardo Azeredo propôs para ajudar o govenro da República.

Ainda ontem, como eu disse, eu jantei com alguns governadores do PSDB, com todos, inclusive com o governador Eduardo Azeredo, e debatemos essas questões normais. Eu já tive reunião com os governadores da Amazônia, que também estão organizados. Eu acho bom.

Agora, eu não sei se um fórum de 27, porque os problemas são mais setorializados. No Nordeste tem a Sudene, tem o pessoal na Amazônia, tem o pessoal do Sudeste. Mas eu acho que todas as formas de juntar esforços para resolver problemas é a melhor forma possível, desde que seja esse, como é o espírito do governador Eduardo Azeredo.

Em qualquer região, tome uma região do Nordeste, os governadores deviam se entender, como estão tentando, para pedir ao governo federal em conjunto, porque senão cada estado pede as mesmas coisas, e, como o dinheiro não sobra, a gente fica nessas opções de escolha de Sofia, como eu digo: mato esta ou aquela criança? É trágico. Como é que eu faço? Atendo a esse e não atendo àquele? E não é correto jogar tudo em cima do presidente da República, porque parece que é o presidente que não quer, quando todos os recursos são escassos.

Então, na medida que essas reuniões, esses encontros de governadores sejam para isso, eu acho ótimo.

Eu devo dizer que eu tenho encontrado uma disposição muito positiva dos governadores, de todos os partidos, aí sem exceção, porque as pessoas estão compreendendo o momento do Brasil. Eu acho que os governadores vão ajudar muito. Isso não é voltar à política de governadores; a política de governadores era usar os governadores para pressionar a Câmara. Não é isso não.

Os governadores na legítima função, de defesa do interesse das suas populações. propõem ao governo federal certas medidas que o governo federal possa tomar em benefício delas.

Os partidos precisam continuar existindo com muita força, os líderes também. Designei ontem o líder do governo no Congresso e na Câmara. Quero dizer que o fiz de caso pensado. Eu fui líder de governo no Congresso, feito pelo presidente Tancredo Neves. Nós vamos entrar numa fase de muitas emendas constitucionais. Não dá para um líder só se ocupar de todas.

É preciso que cada um, eu posso dividir em negociação, um negocia uma emenda, outro outras emendas, conforme a área. E hoje eu vou designar o Senador Élcio Álvares para ser o meu líder do governo no Senado. De modo que esse quadro também vai funcionar e junto com os governadores vamos criar um clima muito positivo para mudar o Brasil.

Jornalista: (Carlos Chagas)

Presidente, quando um cidadão comum tem uma pequena sobra ao fim do mês, ele aplica na caderneta de poupança, que lhe rende 2,8% de juros ao mês.

Quando esse mesmo cidadão comum ou uma empresa precisa empinar um papagaio, descontar um título, fazer uma compra a prazo ou qualquer coisa parecida, eles vão pagar 12% ao mês.

Eu pergunto ao senhor: Essa situação, ela não favorece a especulação, a vinda do capital especulativo estrangeiro aqui? E pergunto também: Numa hora de reformas à Constituição, o governo não pensa em regulamentar o artigo 192 da atual Constituição, que diz que os bancos só podem cobrar 12% ao ano?

Presidente: Com relação a primeira parte da pergunta, as taxas de juro no Brasil estão funcionando de uma maneira inadequada. É o que está dito aí e é certo.

Depois que eu assumi o governo, como houve condições para começar a alterar isso, porque na implantação do real foi preciso manter a taxa de juro elevada, se forem observar o que aconteceu com a taxa de juros real de janeiro para cá, ela tem caído, tem caído sempre.

Qual é o limite dessa queda? O limite dessa queda é a inflação. Vamos ter que evitar que haja estoques especulativos, e a taxa externa de juro e a capacidade de atrair capitais. Mas ela tem feito um percurso descendente, que tem que ser sempre monitorado por isso, por esse limite que eu estou colocando.

Quanto a regulamentação da taxa de juro o problema é o seguinte: a taxa de juro na Constituição é complicada, porque em certos momentos o governo tem que puxar. Não seria possível fazer o real se não tivesse levantado a taxa de juro. O México, hoje, se não levantar a taxa de juro ele não tem como atrair. Então o engessamento constitucional, eu votei contra por essa razão. Não porque eu ache que a taxa de juro deva ser mais do que 12%, mas que eu acho que você não pode deixar de dar à autoridade monetária a flexibilização necessária para, nesses momentos ela atuar.

Agora a política já estamos seguindo, se tudo correr bem vamos continuar seguindo essa política de ir diminuindo pelo menos o juro originário, o juro primário no over no Banco Central.

Jornalista: Aparecida Ferreira (Rádio Itatiaia - Belo Horizonte).

Presidente, o sr. fez agora há pouco as contas de quanto o governo gastaria com a elevação do salário mínimo.

Agora, o governo tem sido tímido no que se refere ao combate às fraudes e à sonegação. Os líderes sindicalistas dizem que se o governo combater essa prática, estariam eliminadas todas elas e o governo poderia fazer com que o problema do caixa da Previdência Social fosse resolvido.

Como é que o sr. vê essa possibilidade?

Presidente: É que se os líderes sindicalistas tivessem sentados nessa cadeira ou como ministro do Trabalho e da Fazenda, eles veriam que o combate à sonegação nós estamos dando muito duramente e que ele rende muito menos do que se imagina, não porque não é uma sonegação, mas porque a imaginação sonegadora é sempre maior do que a capacidade fiscalizadora. É uma cultura da sonegação.

Na reforma tributária algumas medidas vão ser tomadas nessa direção. O governo Itamar Franco - e eu continuo na mesma direção - nós basicamente aumentamos a arrecadação via combate a sonegação. Mas ainda assim não é verdade que cresça tão exponencialmente.

No caso da reforma previdenciária, na área da Previdência Social, você se lembra que desde o ministro Britto, com o ministro Cutolo e agora com o ministro Stephanes, o combate tem sido incessante. Há mil obstáculos, de ordem, às vezes legal. Às vezes a gente manda projeto para combater a sonegação e eles voltam de uma maneira tal que não combate tanto.

Outro dia alguém dizia: "- Quem sonega no Brasil são os pequenos e médios, porque os grandes não sonegam; eles fazem planejamento fiscal". Ou seja, há tantos recursos na lei para não pagar que não pagam. Quando se for olhar o Imposto de Renda da pessoa jurídica no Brasil, ele é declinante. As empresas estão crescendo, a economia está em expansão e pagam menos impostos jurídicos, pagam menos legalmente. Então tem que mudar a lei. Nós temos tentado sempre mudar a lei.

Agora mesmo vamos insistir. Eu tentei tantas vezes como ministro da Fazenda, a questão do sigilo, mil problemas. Não é sigilo para vasculhar a vida dos outros, porque aliás hoje quem faz isso são os que têm acesso direto aos bancos. Não há sigilo para quem tem esse acesso direto aos bancos. Mas o governo não tem, e quando ele tentar ter, não consegue. Quer dizer, isso são impedimentos legais.

Então se fosse fácil assim, eu com o maior prazer faria. Mas estou aberto a todas as sugestões dos dirigentes sindicais para combater a sonegação, absolutamente aberto e pronto para implementá-la.

Jornalista: Edgar Ernandes (agência EFE).

Presidente,

A integração econômica muda o cenário das relações no continente. O Presidente mantém laços especiais com vários países da região.

Qual a importância que V.Exa. dá aos primeiros encontros que manterá com chefes de governo dos países latino-americanos e qual a política do Brasil para o continente?

Presidente: Eu dou uma enorme importância. Eu irei amanhã a Foz do Iguaçu, e depois irei a Iguaçu na Argentina encontrar-me com o Presidente Menem. É o primeiro encontro do conjunto do gabinete, enfim, do Ministério brasileiro com o Gabinete argentino, já numa etapa de cooperação muito mais ampla entre os dois governos em função do Mercosul.

No dia 28 de fevereiro eu irei a Montevidéu jantar com o presidente, sair e assistir, no dia seguinte à posse do Presidente Sanguinetti, que é um antigo companheiro meu na América Latina, da CEPAL, tudo isso, e vamos... não vamos discutir nada porque é a posse, mas vamos expressar a continuidade do nosso tratamento absolutamente fraterno para com o Uruguai e em seguida eu vou ao Chile, a convite do Presidente Frei, em visita de Estado, em visita oficial, e isso demonstra também que a nossa preocupação é muito grande.

Prá quê? Nós achamos, o governo do Brasil acha que o fortalecimento das relações de todo tipo, primeiro com o Mercosul, mas com a América do Sul é muito importante, e o Chile é muito importante nesse fortalecimento, nessa integração da América do Sul. O Chile é um país que tem um comércio muito grande com o Brasil, muito ativo, e o Brasil com o Chile, que temos muitas afinidades, e nós queremos aumentar essas afinidades e esses interesses recíprocos.

Agora o investimento de capitais chilenos no Brasil é bem-vindo. Ele tem experiência na área de telefonia, na área energética e nós vamos aumentar a participação do capital estrangeiro na privatização, nas concessões, precisamos dos capitais de outros países latino-americanos, notadamente do Chile.

Os senhores sabem do empenho que eu tenho nessa questão Equador-Peru. Ainda há pouco falei com o presidente do Equador antes de vir para cá, porque são países irmãos nossos, que nós precisamos, de toda maneira, assegurar que haja paz entre eles.

Com a Venezuela o Brasil tem tido relações excepcionais. O presidente Itamar inaugurou uma fase muito positiva de relações com a Venezuela e eu continuarei nesse mesmo empenho com a Colômbia. Com o Paraguai nem se fala, com a Bolívia. Enfim, eu acho que esse é o nosso espaço imediato de atuação, a nossa circunstância é a América do Sul. Não é nem tanto a América Latina e o Caribe. Nós pertencemos a um hemisfério: Estados Unidos, América Latina, Caribe, Canadá, mas a América do Sul é circunvizinhança nossa.

Então aí, por mil razões, de ordem política, de ordem cultural, de ordem econômica, nós acreditamos que isso é importante.

O fato de que nós possamos hoje dialogar com a Comunidade Econômica Européia via Mercosul é muito significativo, é muito importante e nós estamos nesse diálogo muito ativo.

É claro que isso não significa que não tenhamos uma atenção grande para com outros países. Eu vou aos Estados Unidos em visita de Estado também em abril. E a relação do Brasil com os Estados Unidos nunca esteve tão boa. É muito positiva. Agora, essa positividade tem que ser transformada numa agenda que permita passos bons para os dois países, para o nosso País, para criar um clima favorável, não só em investimentos, mas na tecnologia, transferência de tecnologia, ao saber, que o futuro depende muito disso.

Irei à Europa também para a comemoração da vitória na Segunda Guerra Mundial, porque o Brasil foi o único País que mandou tropas da América do Sul, então estaremos lá. Irei á Portugal, irei à França. Mas a América do Sul é a nossa vizinhança. Então eu acho que a nossa diplomacia, que é excepcional, vai continuar se dedicando com muito afinco a ampliar essas relações.

Jornalista: José Maria Trindade (Rádio Jovem Pan).

Presidente,

O sr. parte agora para várias emendas à Constituição, que é uma verdadeira reforma. E não há como reformar a Constituição sem discutir ideologias. O sr. repele o rótulo de neoliberal e mesmo assim quer o apoio do PFL.

Eu gostaria de saber como fica isso e também o que são nhenhenhém e nhenhenhém.

Presidente: Eu vou dizer já o que é nhenhenhém, nhenhenhém.

É o seguinte: toma a questão do rótulo neoliberal e do PFL. O PFL tem um compromisso com o social-liberalismo, é como eles se definem.

Quando se fala em neoliberal aqui no Brasil é para dizer que você quer o Estado fora de tudo, entregar tudo ao mercado e que as forças do mercado sozinhas resolvem tudo. Isso não tem tradução prática. Nhenhenhém é quando é ideologia pura. O que é uma ideologia pura? É alguma coisa que vive só nas nuvens, nas palavras, e não tem realidade, não tem tradução prática. Eu sempre fui muito realista. Eu acho que, quando as coisas não têm tradução prática, são nhenhenhém e deixe que se fale, ponha o rótulo que quiser.

Eu vi um debate para saber se eu tinha aderido ao Consenso de (?). Eu confesso que eu nunca tinha lido nada sobre o Consenso de (?). Fui ler depois.

Quer algumas medidas, essas do Fundo Monetário..., que nós não fizemos. O Brasil foi o único País que fez o maior acordo que houve na renegociação da dívida sem stand by do fundo monetário. O nosso caminho foi outro.

Porque é neoliberal vai ter a mesma crise que o México. O México não tem essa crise porque ele é neoliberal. É por outras razões. Porque ele não é também neoliberal. A presença do Estado no México é enorme e avassaladora, maior que a nossa, não privatizou quase nada daquilo que... petróleo, essas coisas, nada. E não obstante teve crise. Teve porque não privatizou? Não, teve por outras razões.

Eu não gosto... Como eu fui professor, eu não gosto de discussões que não são precisas, quando são vagas, porque elas atrapalham. Quando você põe um rótulo, você ao invés de esclarecer você confunde. Você tem que examinar é o comportamento, o que faz, não é nem o que diz que vai fazer. Então é isso que eu chamei de nhenhenhém essa coisa que usa rótulos, rótulos, rótulos, você fica .... Isso eu não gosto.

Jornalista: (Beltis Ortiz, da Rede Globo)

O senhor disse há pouco que nas batalhas quem não recua perde. Até que ponto o senhor está disposto a recuar, uma vez que prometeu a mão aberta com as cinco prioridades, na campanha, e isso parece ser intocável, e enquanto as mudanças na Constituição não são feitas, o governo continua refém do Congresso Nacional. E as reformas, as promessas que o senhor fez na campanha, dependem de recursos, que só vêm depois das mudanças. Como é que fica, nesse intervalo em que se discutem as emendas constitucionais, o atendimento, o socorro, por exemplo, à população carente?

Presidente: Vamos lá. Em primeiro lugar, é bom ser refém do Congresso. O Congresso é um lugar agradável, onde se discutem os problemas do Brasil. O ruim é ser refém num presídio, mas o Congresso não é mau, não. Às vezes uma expressão que se usa, que eu mesmo às vezes uso, mas só para dizer o seguinte: há muitas outras coisas que a gente pode fazer sem o Congresso. Mas é bom que se façam muitas coisas com o Congresso. Então, eu sou um "refém voluntário" do Congresso, que não é, nesse sentido figurado, e quem não está em diálogo com o Congresso é porque tem uma tendência, uma veia autoritária, que não é o meu caso.

Agora, há muitas coisas a serem feitas que não dependem disso. Por exemplo, você mencionou a questão das populações carentes. O programa de Comunidade Solidária não depende do Congresso, é a maximização no uso dos recursos já existentes no Orçamento, é muito mais uma questão de usar melhor os recursos. A arrecadação no Brasil é uma arrecadação que se elevou bastante, graças ao combate à sonegação e algumas medidas também, tributárias, desde o governo Itamar Franco. Ela aumentou, creio que em termos reais, de 1992 para cá, 70%. Não é pouco não. Isso foi trabalho do governo, houve também ajuda do Congresso, no IPMF, que agora já não tem.

Então, há medidas, como o Congresso acabou de votar, uma medida importante, que foi a 812, 813, a Medida Provisória, que também dá recursos, que não é constitucional mas dá recursos. Eu vou mandar para lá agora algumas Medidas que o ministro Stephanes está preparando, que não são de ordem constitucional e que dão recursos, não precisa esperar a Constituição.

As reformas são essenciais, para o Brasil, para o povo, elas são boas, o país deve querê-las, nós vamos dar melhores condições de emprego, mais investimento, mais garantias, tudo bem. Mas nós não vamos ficar esperando de braços cruzados a reforma, enquanto elas estão sendo feitas nós estamos fazendo as outras questões. A Lei de Concessões foi aprovada, isto aí abre um caminho imenso à parceria, imenso, às parcerias, nas estradas, na energia elétrica, nos portos, e não precisa do Congresso, é ação do governo.

Então é isso que eu estou dizendo, quer dizer o governo, ao mesmo tempo que vai estar com seus líderes, discutindo ao Congresso o apoio, e pedindo votos para as reformas, para as emendas, ele vai estar trabalhando, o minstro Jatene tem que trabalhar independentemente de que haja reforma constitucional, o ministro Paulo Renato também, da Agricultura também. Para poder financiar a agricultura, para ir progressivamente criando condições para acabar com a TR, que foi compromisso meu, não precisa do Congresso, é política cambial, monetária.

Tudo é difícil, mas se não fosse difícil que graça teria ser presidente da República? Seria uma coisa sem surpresa. Eu confesso a vocês que cada dia eu tenho uma surpresa, é uma dificuldade nova, mas de vez em quando a gente tem o gostinho de superá-la. E eu espero que com muita fé, muita crença, muita energia, com a ajuda do povo brasileiro, que continua dando uma ajuda generosa, e mantendo a confiança, apesar de eventualmente, aqui e ali, tentarem dizer que não, com essa ajuda, com esse clima positivo que nós estamos vivendo no Brasil, essas surpresas, nós vamos enfrentá-las com muita tranqüilidade. É o último?

"Ruim é ser refém de um presídio; do Congresso não"

Não, temos ainda três.

Presidente: Eu já fiz a conclusão.

Jornalista: (Patrícia Saldanha, da Agência norte-americana de notícias, Night Ridder).

Bom dia, presidente. Presidente, o Brasil está colhendo uma das maiores safras de sua história, cerca de 70 milhões de toneladas de grãos.

Presidente: Setenta e seis.

Jornalista: No entanto, a valorização da moeda nacional frente ao dólar pode desestimular as exportações. Por outro lado, os produtores nacionais reclamam muito do alto custo dos financiamentos rurais atrelados à TR. Unindo essas duas situações, o Brasil pode voltar a ser o grande comprador da safra agrícola, dessa próxima safra agrícola. A minha pergunta é se o senhor pretende tomar alguma medida para modificar essa situação, o que que pode fazer para baratear o crédito rural e estimular as exportações, e também se há possibilidade de se captar recursos lá fora, uma vez que as taxas de juro são mais baratas que aqui dentro.

Presidente: Pois não. Em primeiro lugar, hoje o que faz o contrato agrícola já não é mais a TR, é TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo - do BNDES, que é uma média, e que toma em consideração a taxa de juro dos papéis do Brasil no exterior, e as taxas de juros daqui e as expectativas de inflação e tudo isso, TJLP. Essa já alivia muito os produtores rurais, eles já não estão mais sob o guante da TR, tem alguns contratos com TR ainda, antigos, que estão sendo discutidos e negociados.

Para traduzir em linguagem mais simples, o problema é o seguinte: é que quando a taxa de juro é elevada, são contratos que foram firmados, são contratos de pleno direito. Qual é a exigência deles? É que alguém pague, esse alguém é o Tesouro, o Tesouro é o povo, quer dizer, então uma decisão que não é fácil, porque foi um contrato, foi um contrato feito em condições normais, aceito, e que inegavelmente ficou muito difícil, para certos setores agrícolas poderem suportar esses contratos. Então eles agora querem que se resolva isso. Resolveu, o Tesouro pagando, é facílimo. Só que quem está pagando é o povo.

Então eu não posso tomar uma autorização assim. Nós estamos renegociando essa parte, não a de TJLP, porque essa é aceita, essa parte está sendo, se dilatou o prazo, está tentando diminuir o ônus sobre o agricultor, porque o agricultor não pode mesmo suportar um ônus tão elevado. Isso é um dado.

O outro é o chamado "Finame Rural", onde também se tem aí uma questão ode contratos, que são contratos perfeitos, e para mudar precisa de Lei, porque eles assinaram contrato, compraram, pagaram, alguns não pagaram, é possível renegociar, estamos discutindo já isso, ampliar os prazos de pagamento. Agora, se for fazer uma Lei, ela mexe com todos os contratos de todo mundo. Então, todo mundo, mesmo os que podiam pagar e pagaram já, vão acabar sendo beneficiados. Então é uma negociação que está sendo feita.

Agora, a utilização de crédito, nós fizemos a cédula rural, foi iniciativa minha, quando eu estava no Ministério da Fazenda. Com a cédula rural, já eles têm a possibilidade muito maior de uma negociação direta, sem passar pelo governo.

Em suma, o governo está discutindo com agricultores e entre si como fazer isso. Está agora vendo que é necessário, o quanto antes, espero que na próxima semana o Conselho Monetário defina as normas de financiamento, porque o agricultor não pode ficar na dúvida. É preciso ver de onde é que vêm os recursos para o financiamento da safra, porque senão acontece o que o jornalista disse, o governo acaba tendo que comprar, e é pior para o governo, isso está sendo feito. Agora, de novo, é uma herança pesada, essa da TR, que nós vamos ter que progressivamente eliminar.

As exportações não estão caindo não, estão aumentando. De novo, uma coisa é a que se diz e outra o que acontece. O governo... "Ah, o risco sempre existe". Quando o governo perceber nos números o risco, ele tem os mecanismos para atuar. Mas o risco verbal, se o governo atua pelo risco verbal, ele acaba beneficiando grupos, e isso não dá para fazer.

Jornalista: Rudolfo Lago (jornal Zero Hora).

Bom dia, presidente. Da briga no PMDB pela liderança na Câmara ficou a impressão de que a saída da criação da liderança do Congresso foi apenas para proporcionar uma acomodação de forças, uma vez que as reformas que são a novidade na rotina do Congresso serão votadas separadamente pelas duas Casas. Por que o senhor julgou conveniente criar agora esse cargo e qual vai ser o papel do líder do Congresso?

Presidente: Não, não foi uma questão de acomodação de forças, porque eu podia designar um só. O líder do governo é eu que designo. Se o PMDB quer isso ou aquilo, é outro problema. Eu posso designar em qualquer partido, não precisa nem ser no PMDB. É outra coisa (...) prática de emendas.

Vamos supor que o governo apresente, daqui até o começo de março 30 emendas. São 30 comissões na Câmara e 30 no Senado. Um líder só não dá conta, porque a negociação tem que ser feita através do líder. Não é isso? Então nós vamos usar três líderes, da Câmara 2, e um do Senado.

Mais ainda, é uma preocupação nossa, pelo regimento do Congresso a Câmara aprova uma emenda, ela vai para o Senado. Se por acaso o Senado modificar essa emenda, ela volta para a Câmara na estaca zero, a Câmara recomeça, assim diz o regimento.

Então é muito importante que as lideranças estejam atentas a que o Senado participe das negociações desde o início, na Câmara, para que não haja risco de muitas modificações no Senado, porque nós não queremos que o Senado seja marginal ao processo, então não adianta chegar lá no Senado e dizer: "Não pode mudar, não pode mudar porque a Câmara volta para o zero". Para que isso não aconteça eu preciso que o Senado participe desde o início.

Então eu preciso de mais líderes. A razão é essa. Não foi por uma acomodação. E o líder do Congresso terá um peso muito grande, tão grande quanto os outros líderes. E terá o mesmo tratamento, o mesmo status no Congresso, e comigo vamos trabalhar em conjunto com os líderes. Esses três líderes serão peças fundamentais naquilo que tanto pediram sempre: os canais de comunicação com o Congresso.

Eles estão reclamando que tem canal demais?

Antes não tinha.

Jornalista: ...Fernandez. Agência (??)

Bom dia, senhor Presidente, Antes de mais nada me desculpe por falar em espanhol.

O sr... um grupo de sindicalistas... anos atrás no Brasil pelo dirigente comunista Hugo Napolitano. É nesse sentido que economicamente, ou nos internacionalizamos... ou nos internacionalizamos.

O sr. assegurou então que o Brasil projetava seu modelo próprio de incorporação à economia mundial.

Pois bem. Observando que os... da maioria dos países do continente são os mesmos: reformar o Estado, privatização de empresas públicas, atração de capitais, abertura das importações, liberalização do mercado.

Quais são as características que diferenciarão o Brasil do processo da Argentina, México e Chile, por exemplo? Quais são as medidas próprias e originais que escapam àquele modelo?

Presidente: Como não, em primeiro lugar não era um dirigente brasileiro. Esse era o secretário de relações internacionais do partido comunista italiano. E ele disse realmente essa frase porque naquela época parecia ser impossível aceitar a internacionalização.

Eu, num discurso que fiz no Senado, falei de, não me lembro mais, integração soberana, uma coisa assim, e recebi críticas de todo lado, que estava saindo do trilho certo. É simplesmente porque eu estava vendo, enfim, eu tenho informações, eu sempre andei pelo mundo, que a internacionalização já se estava dando. Então você tem que ver como é que você coloca o interesse nacional nesse contexto de uma economia globalizada, porque ao se globalizar não acaba com o interesse nacional. Ou os americanos não têm os interesses próprios, ou os ingleses, ou os franceses? Têm. Nós também temos.

Essa é a idéia. A economia se internacionaliza, mas cada um tem que pensar em termos dos seus interesses.

Os quatro casos mencionados: Argentina, Chile, México e Brasil. Nenhum deles é idêntico. Eu me recordo quantas vezes eu tive que dizer a vocês que nós não estávamos dolarizando, que nós não vamos fazer a relação direta do real com o dólar. E todo mundo: "É dolarização, no fundo é dolarização, disfarçada. O ministro ou o presidente estão... é dolarização". Não era dolarização. Está visto que não é.

E a Argentina dolarizou num dado momento. Aí o Cavallo me disse, o ministro Cavallo me disse: nós não dolarizamos, ao contrário, nós fortalecemos o peso, porque já estava tudo dolarizado. É verdade.

Mas a Argentina fez uma relação direta entre o peso e o dólar, legal. Nós aqui não temos. Nós mantivemos a nossa flexibilidade na política cambial.

O Chile fez algo semelhante. O Chile fez uma coisa muito progressiva e em certos momentos ele pôs barreiras à entrada de capitais, como nós também pusemos. Nossas reservas não se basearam no afluxo do capital volátil não, não foi isso. A parte do capital volátil que vem para a bolsa e vai embora é pequenininha no Brasil, em comparação com o que aconteceu, por exemplo, com o México.

Por que isso? Por competência maior ou menor de uns economistas ou de outros? Não. Por situações diferentes. O Brasil é um país industrializado, fortemente industrializado. Se o Brasil é um país fortemente industrializado, ele tem que garantir certo tipo de condição de concorrência à sua produção, tem que olhar o câmbio também sob essa perspectiva. Não é a mesma que os países que são menos industrializados do que o Brasil.

O Brasil é um país que comercia praticamente em termos de igualdade e de proporção, com a África, com a América Latina, com os Estados Unidos, com a Ásia, com o Oriente Médio.

Então quando se diz: "Ah, mas o real está apreciado em, digamos, 15%". Mas acontece que apreciado com relação ao dólar, não com relação, por exemplo, ao iene, ou com relação ao marco, porque eles também se valorizaram frente ao dólar. Então quem comercia para lá, em marco ou em iene, não tem a mesma perda relativa que pode ter quem comercializa com os Estados Unidos.

Um país que tem todo o seu comércio orientado para os Estados Unidos tem que ter outro tipo de preocupação nisso.

Então é nesse sentido que eu digo que nós temos diferenças. Nós nunca favorecemos os megadéficits. Ao contrário, nós sempre tivemos superávit na balança comercial. O do ano passado foi de mais de R$ 10 bilhões.

O México sempre teve déficit na balança comercial, e sempre fechou as suas contas através de capital de curto prazo, de ingresso de capitais. Então é claro que tem uma vulnerabilidade maior nesse ponto. Terá outras vantagens pela integração mais rápida com os Estados.

Então é nesse sentido que eu digo que nós temos, cada país, não é por razão mental, queremos um modelo diferente. Cada um tem seus problemas. Pega o Chile: O Chile é um país que pode se integrar com mais facilidade do que nós, inclusive, porque o Chile exporta o quê? Cobre, que é uma commoditie; flores, produtos naturais, antes era farinha de pescado, agora um pouco de salmão.

Então ele tem a vantagem da sazonalidade. Quando na Califórnia é inverno, lá é verão, e vice-versa, então ele pode exportar nas épocas alternativas. É um país que facilmente se integra hemisfericamente.

Você vai dizer para o Chile: "É melhor você ficar preso ao Mercosul". Ele não pode, ele tem que ter lá a sua ligação.

Nós aqui, Brasil, Argentina, para nós é vantajoso ficarmos ligados entre nós. Veja o que aconteceu com o nosso comércio bilateral: cresceu enormemente. Eu acho que o Chile está chegando num momento em que ele precisa também vir para mais próximo do Mercosul. Mas nós entendemos o movimento chileno.

Quando o México resolveu aderir ao tratado do Nafta, o governo do Brasil imediatamente aplaudiu, porque a situação do México requeria aquilo. E isso quer dizer que o Brasil vai correndo na mesma direção? Não, porque o Brasil tem outras complexidades nessa negociação. E o Brasil sempre preferiu negociar quatro mais um, quer dizer, o Mercosul mais os Estados Unidos para saber como é que nós vamos chegar ao ano 2005,... a data que fizemos lá em Miami, numa questão hemisférica.

Ou seja, há peculiaridades do nosso próprio sistema produtivo. Nós somos um país como os Estados Unidos, que somos grande produtor agrícola e um bom produtor industrial. Nós temos essa... E agora precisamos começar a ser de serviços, na parte de software dessas coisas.

Então a complexidade da economia brasileira é grande, maior do que de alguns outros países. Isso não quer dizer que seja melhor nem pior. Às vezes, se é menos complexo facilita certas vantagens. Mas nós temos essa complexidade.

Então nós não podemos aqui macaquear modelos. Então é isso que eu chamo de nhenhem também. Mas está mexicanizando, está... é neoliberal, é... Meu Deus do céu. Vamos olhar a realidade, não vamos olhar palavras.

A nossa complexidade é essa, e um governo responsável, especialmente voltando ao tema que eu disse no início, numa sociedade democrática em que você apertou o botão errado e o outro grita, esse país tem que ter seus caminhos.

Não é por peculiaridade, por que inventar a pólvora ou a roda, não é porque imagine que o mundo vá para um lado e o Brasil para o outro, não. Nós vamos em consonância com o vento do mundo, mas vamos colocar a nossa aeronave em posição que esse vento venha de cauda e não de frente.

Jornalista: William França (Folha de S. Paulo)

Boa tarde, presidente.

No seu primeiro pronunciamento à Nação o sr. anunciou o veto ao salário mínimo, e ao mesmo tempo o sr. anunciou também que reduziria 25% no seu salário. Muita gente chamou isso de demagogia, uma palavra que o sr. disse que não gosta. Eu pergunto:

O que o cidadão Fernando Henrique Cardoso faria se recebesse mensalmente um salário mínimo de R$ 70,00.

Presidente: A mesma coisa que você. Essa pergunta é demagógica. O que que você faria?

Jornalista: Pergunto ao sr.

Presidente: Não sobreviveria. Eu digo a você, a mesma coisa que você. Eis a pergunta que não tem sentido, porque a resposta é óbvia. E isso não resolve a questão.

Nós estamos lutando para melhorar o salário mínimo. Ele é insuportável, ele é inaceitável, ele é uma vergonha. Não foi feito por mim nem por você. Foi feito pelo conjunto de situações de distorção que criaram uma sociedade injusta, contra a qual eu combato.

Agora, perguntado assim é minha única resposta. É a mesma coisa que você, não tem o que fazer. O sujeito fica no desespero. E nós não podemos deixar milhões no desespero.

Por isso temos que fazer a reforma, por isso que ser sérios e não engraçadinhos.